
O papel da imprensa na construção da imagem do STF: uma análise do enquadramento jornalístico em casos de repercussão política¹

Danielly Palmiro FAUSTINO²

Luiz Ademir de OLIVEIRA³

Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ

RESUMO: Este artigo analisa o papel da imprensa na construção simbólica da imagem do Supremo Tribunal Federal (STF), a partir da cobertura jornalística realizada pelo Portal G1 sobre os desdobramentos jurídicos e políticos dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, com ênfase na atuação do ex-presidente Jair Bolsonaro. A pesquisa parte da compreensão de que o Judiciário, ao ocupar o centro do debate público, torna-se objeto de representação midiática marcada por enquadramentos específicos, muitas vezes dramáticos e personificados. A análise articula conceitos como enquadramento, espetacularização e midiaticização da justiça para identificar as estratégias discursivas adotadas pelo jornalismo ao narrar o protagonismo do STF.

Palavra-chave: Supremo Tribunal Federal; enquadramento jornalístico; mídia e justiça; Bolsonaro; espetacularização.

Introdução

A consolidação do Supremo Tribunal Federal (STF) como ator central no cenário político brasileiro tem sido acompanhada por uma crescente visibilidade midiática. Em contextos de crise institucional, polarização ideológica e judicialização da política, a Corte deixa de ser apenas um órgão técnico de interpretação constitucional para se tornar um elemento de disputa simbólica nos meios de comunicação.

Este artigo propõe investigar como o jornalismo atua na construção da imagem pública do STF, tendo como objeto a cobertura do *Portal G1* sobre os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e seus desdobramentos, especialmente a partir da denúncia e do processo movido contra o ex-presidente Jair Bolsonaro. A escolha do *G1* justifica-se por

¹O artigo integra a pesquisa de iniciação científica “Mídia, espetáculo e a judicialização da política: uma análise da cobertura do Portal G1 sobre a atuação do STF na investigação dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023”, que tem como bolsista a aluna ²Danielly Palmiro Faustino e como orientador o professor ³Dr. Luiz Ademir de Oliveira, que é docente do Curso de Comunicação Social - Jornalismo da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ. A iniciação foi iniciada em junho e se encerra em maio de 2026 com financiamento do CNPq.

sua vinculação ao maior grupo de mídia do país, sua ampla audiência e sua capacidade de pautar o debate público com credibilidade, atualização constante e impacto nacional.

O estudo pretende analisar as notícias publicadas entre fevereiro e junho de 2025, com destaque para conteúdos que revelam a atuação do STF como protagonista nas investigações, audiências e decisões judiciais ligadas ao caso. Reportagens como “Confira a cronologia da trama golpista”, “Bolsonaro vira réu por tentativa de golpe” e “Depoimento de Bolsonaro: veja os principais pontos” ilustram a centralidade da Corte no noticiário, bem como a construção simbólica de figuras como o ministro Alexandre de Moraes. Como se trata de uma pesquisa ainda em fase inicial, foram selecionadas (5) notícias publicadas no *Portal G1* nos dias em que foram coletados os depoimentos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no Supremo Tribunal Federal, nos dias 10 e 11 de junho de 2025. A escolha se deu nas notícias de maior destaque no Portal.

A relevância da investigação reside na interseção entre comunicação, política e direito. A imprensa, ao selecionar temas, fontes e formas narrativas, participa ativamente da mediação simbólica das instituições democráticas. Nesse sentido, o STF - guardião da Constituição - passa a ser representado por suas decisões e pela forma como é narrado, enquadrado e personificado pela mídia. A construção da imagem pública da Corte torna-se, portanto, um fenômeno comunicacional que extrapola os limites do direito e adentra o campo do simbólico, do político e do opinativo.

Assim, a hipótese que orienta esta investigação é a de que, especialmente em coberturas de episódios polêmicos, a imprensa tende a adotar enquadramentos que privilegiam o conflito, a polarização e a personificação dos ministros. Essa abordagem contribui para a formação de imagens estereotipadas sobre o STF, dificultando uma compreensão mais complexa de sua atuação institucional.

Judicialização da política e midiaticização da justiça

A judicialização da política é uma das marcas centrais da democracia brasileira recente. Conforme Barroso (2009), esse fenômeno ocorre quando questões que deveriam ser resolvidas pelo Legislativo ou Executivo são transferidas ao Poder Judiciário. O STF, como última instância constitucional, assume, então, protagonismo em debates de alta complexidade e repercussão social.

Esse protagonismo é acompanhado por um processo de midiaticização da justiça, conceito explorado por autores como Braga (2012) e Gomes (2004), que destacam como o Judiciário passou a ser objeto constante da cobertura jornalística, ganhando visibilidade pública e sendo submetido à lógica do espetáculo midiático. Esse processo desafia a natureza técnica da instituição e impõe a ela um novo tipo de exposição e julgamento: o simbólico, realizado perante a opinião pública.

A midiaticização, nesse sentido, aproxima o Judiciário da lógica da comunicação de massa, em que a exposição constante transforma ministros em personagens e decisões judiciais em enredos. Como argumenta Gomes (2004), há uma ruptura da regularidade institucional em favor do sensacional, do novo e do imprevisível - elementos que tornam a justiça mais ‘palatável’ ao consumo jornalístico.

A imprensa como mediadora simbólica do Judiciário

Thompson (2000) sustenta que a visibilidade pública das instituições é sempre mediada por atores e estruturas de produção simbólica. A imprensa, uma dessas estruturas, desempenha um papel fundamental na tradução dos códigos jurídicos para a linguagem jornalística e no enquadramento das decisões judiciais como casos políticos.

Goffman (2012) oferece, na sua teoria dos enquadramentos, ferramentas para compreender como a mídia organiza a experiência social dos públicos. No caso da atuação do STF, a mídia enquadra as decisões não apenas como atos legais, mas como eventos dramáticos, moralmente carregados e altamente interpretativos. O enquadramento, como destaca Erving Goffman (2012), funciona como uma “moldura de interpretação” que determina como os fatos são organizados, percebidos e compreendidos. No caso do STF, a imprensa escolhe o que mostrar, como mostrar e com quais palavras construir a narrativa pública, revelando intenções editoriais e disputas simbólicas.

Miguel e Biroli (2010) lembram que o jornalismo político raramente é neutro. A seleção de fontes, o vocabulário utilizado, os títulos das matérias e a disposição das informações refletem escolhas editoriais que podem reforçar determinadas visões ideológicas ou atender a interesses de audiência.

Esse papel mediador da imprensa torna-se ainda mais relevante em tempos de polarização política, em que a credibilidade das instituições está em constante disputa.

Como aponta Lima (2006), os meios de comunicação refletem a realidade e ajudam a construí-la, por meio de filtros simbólicos, interesses comerciais e alianças ideológicas.

Espetacularização, dramatização e personalização

Segundo Gomes (2004), a política, quando apropriada pela mídia, passa a ser narrada a partir da adaptação à gramática da mídia acionando os subsistemas da espetacularização, que são: (a) ruptura das regularidades - aquilo que rompe o cotidiano, tem um caráter de extraordinário e, no caso da política, escândalos, denúncias, por exemplo, como é o caso da investigação da tentativa de golpe por parte de Bolsonaro e seus aliados; (b) drama - que busca criar um enredo, com personagens, que possam gerar identificação e projeção e envolver o público, como, por exemplo, na trama golpista, cria-se o maniqueísmo entre os que defendem a democracia e os que buscam romper com a ordem democrática; (c) diversão - a mídia tem o caráter de entretenimento e muitas vezes aciona a ideia do lúdico. Nesse sentido, como veremos na análise, o julgamento de figuras públicas como Jair Bolsonaro e a atuação de ministros como Alexandre de Moraes ganham contornos dramatúrgicos, aproximando-se da lógica do entretenimento e ao mesmo tempo tem um forte caráter teatral e personalista.

Traquina (2001) observa que o enquadramento jornalístico tende a favorecer a personalização dos eventos. Em vez de decisões institucionais, são os ministros que se tornam protagonistas. Isso é intensificado por manchetes que destacam falas individuais, gestos simbólicos e antagonismos entre personagens públicos, reduzindo a complexidade jurídica à dinâmica emocional e narrativa.

A pesquisa observa que a figura do ministro - que constitucionalmente deveria exercer um papel técnico, baseado no direito - frequentemente é transformada em personagem de narrativas carregadas de emoção, julgamento moral e simbolismo político. Esse processo é intensificado pela lógica de espetáculo, que exige heróis, vilões, clímax e desfecho para capturar a atenção do público. Nas notícias, observa-se, por exemplo, o protagonismo assumido pelo ministro Alexandre de Moraes, que se tornou o grande inimigo da direita brasileira e do bolsonarismo.

Metodologia

A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, combinando três procedimentos

metodológicos: (1) pesquisa bibliográfica; (2) pesquisa documental; e (3) análise de conteúdo.

A revisão bibliográfica visa buscar autores clássicos e contemporâneos das áreas de comunicação política, sociologia da mídia e teoria do jornalismo, como Bardin (2011), Goffman (2012), Thompson (2000), Traquina (2001) e Gomes (2004), entre outros. Já a pesquisa documental concentrou-se na coleta de matérias jornalísticas publicadas pelo Portal G1 entre fevereiro e junho de 2025, com foco nas reportagens que abordaram os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e os desdobramentos judiciais envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro. Como se trata de uma pesquisa ainda em fase inicial, foram selecionadas (5) notícias publicadas no *Portal G1* nos dias em que foram coletados os depoimentos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no Supremo Tribunal Federal, nos dias 10 e 11 de junho de 2025. A escolha se deu nas notícias de maior destaque no Portal, com exceção da notícia de 18 de fevereiro, que ajuda a contextualizar e traçar um panorama dos atos golpistas e seus desdobramentos. As outras quatro notícias são focadas nos dias dos depoimento de Bolsonaro e seus ex-ministros e assessores, nos dias 10 e 11 de junho.

A análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), foi dividida em três fases: (a) pré-análise: leitura flutuante e seleção das matérias para composição do *corpus*; (b) categorização: definição de cinco categorias principais: (a) enquadramento das ações do STF; (b) imagem dos ministros; (c) fontes acionadas; (d) cobertura do governo; e (e) espetacularização do processo; (c) inferência: articulação entre os dados empíricos e o referencial teórico.

Análise preliminar

Como uma pesquisa inicial sobre o enquadramento noticioso a respeito da cobertura dada às ações do STF a respeito dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, foram selecionadas, para este artigo, 5 (cinco) notícias publicadas no Portal G1: (1) “Confira a cronologia da trama golpista envolvendo Bolsonaro e aliados, segundo a denúncia da PGR” – 18 de fevereiro de 2025, é assinada pelos jornalistas Ana Flávia Castro, Márcio Falcão, Fernanda Vivas, Marcelo Parreira, Luiz Felipe Barbiéri, Gustavo Garcia e Vinícius Cassela; (2) “Interrogatório de Bolsonaro: veja os principais pontos da fala do ex-presidente a Moraes” – 10 de junho de 2023, é assinada por Fernanda Vivas,

Luiz Felipe Barbiéri, Fábio Amato; (3) “STF encerra interrogatório dos réus da tentativa de golpe” – de 10 de junho de 2023, é assinada por Fernanda Vivas, Luiz Felipe Barbiéri, Fábio Amato, Márcio Falcão; (4) “Histórico: como a imprensa internacional acompanha o julgamento de Bolsonaro no STF” – 11 de junho de 2025, é assinada pela redação da BBC News e replicada no Portal G1; (5) “Bolsonaro entrou condenado e saiu condenado no depoimento; foco é em prisão domiciliar” – 11 de junho de 2025, é assinada pela colunista política Andréa Sadi.

Quanto às categorias de análise de conteúdo, foram definidas: (a) enquadramento e protagonismo institucional; (b) construção personalista da figura de Alexandre de Moraes; (c) espetacularização e narrativa dramática.

Quanto ao enquadramento e protagonismo institucional, as reportagens analisadas revelam que o Portal G1 adota um enquadramento que enfatiza o protagonismo institucional do STF como defensor da ordem democrática e responsável pela responsabilização dos envolvidos nos atos golpistas. Matérias como “Confira a cronologia da trama golpista, segundo a denúncia da PGR” e “Bolsonaro vira réu por tentativa de golpe” reforçam a imagem da Corte como ator decisivo no enfrentamento ao autoritarismo.

A reportagem de 18 de fevereiro de 2025, por exemplo, apresenta uma linha do tempo detalhada com base na denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR), evidenciando como o Supremo atuou de forma coordenada, autorizando prisões cautelares, interceptações de mensagens e outras diligências em tempo real. A ênfase do texto está na agilidade e no controle institucional exercido pela Corte - reforçando seu papel de guardião da democracia.

Além disso, o G1 destaca a unanimidade da decisão da 1ª Turma do STF ao tornar réu o ex-presidente Jair Bolsonaro, o que contribui para a imagem de unidade e firmeza da Corte. O voto conjunto dos ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Cristiano Zanin é apresentado como símbolo de uma justiça coesa e implacável frente aos ataques às instituições.

Quanto à construção personalista da figura do ministro Alexandre de Moraes, constata-se a ênfase no personagem, que aparece de forma marcante como o responsável pelo julgamento dos atos golpistas de 8 de janeiro e a tentativa de golpe por Bolsonaro e seus aliados e seguidores. Moraes é representado como inquisidor firme,

personagem central dos interrogatórios e relator determinado. Essa construção simbólica é evidenciada em matérias como “Depoimento de Bolsonaro: veja os principais pontos da fala do ex-presidente a Moraes” e “Análise: Bolsonaro entrou condenado e saiu condenado do depoimento”, ambas publicadas em junho de 2025.

Na cobertura do depoimento, o G1 retrata Moraes com uma postura incisiva, destacando suas perguntas diretas e firmes sobre reuniões suspeitas com militares e outras lideranças golpistas. O texto ressalta não apenas a função jurídica do ministro, mas sua figura como símbolo de resistência institucional - tornando-o personagem central da narrativa. A personalização atinge seu auge quando a matéria “STF encerra interrogatórios dos réus da tentativa de golpe”, publicada em 10 de junho, descreve a condução dos depoimentos como um “ato de controle e assertividade do Supremo”, focando nos momentos mais tensos e nos embates verbais entre Moraes e os réus.

Quanto à espetacularização e narrativa dramática, o enquadramento jornalístico favorece a dramatização do julgamento. A cobertura tende a enfatizar os momentos de tensão, as reações emocionais, a expectativa da opinião pública e os desfechos simbólicos. O julgamento de Bolsonaro é tratado como evento histórico, com destaque inclusive para sua repercussão internacional, como mostra a matéria “Histórico: como a imprensa internacional acompanha o julgamento de Bolsonaro no STF”.

A jornalista Andréia Sadi, em sua análise publicada no G1 em 11 de junho, afirma que “Bolsonaro entrou condenado e saiu condenado do depoimento”, o que revela o caráter simbólico e pré-julgado da narrativa jornalística. A dramatização não se limita aos fatos jurídicos: ela mobiliza emoções, cria vilões e mocinhos, e oferece à audiência um roteiro que se aproxima da ficção - mas com implicações reais para a democracia. Neste caso, a partir do conceito de espetacularização de Gomes (2004), identifica-se claramente o tom teatral e personalista, que remete ao drama, em que Bolsonaro, que ainda é réu, já é sentenciado pela jornalista que enfatiza “entrou condenado e saiu condenado do depoimento”. Sadi tenta antecipar a própria decisão do STF ao enfatizar o seu próprio julgamento sobre o caso. Ademais, tem-se também a ruptura das regularidades, tanto pelo caráter inédito do julgamento de um ex-presidente por tentativa de golpe de Estado e ao mesmo tempo todos os rituais no STF a respeito do processo judicial, culminando, em junho, nos depoimentos de Bolsonaro e de seus assessores, o que gerou grande repercussão midiática.

Ademais, a cobertura internacional é utilizada como espelho da legitimidade do Supremo: jornais como *The New York Times*, *El País* e *Le Monde* são citados para reforçar a ideia de que o julgamento representa não apenas um marco para o Brasil, mas um alerta para democracias latino-americanas - projetando o STF como ator global de defesa institucional.

Considerações finais

A análise da cobertura do *Portal G1* sobre o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro permite compreender como a mídia participa da construção simbólica da imagem do STF. Os enquadramentos predominantes reforçam a função institucional da Corte, mas também a submetem à lógica da dramatização e da espetacularização.

A imprensa exerce, assim, um papel ambivalente: promove a legitimação da justiça e da democracia, ao mesmo tempo que transforma ministros em personagens e processos jurídicos em narrativas simbólicas. Essa ambiguidade reforça a necessidade de uma reflexão crítica sobre o jornalismo político brasileiro.

A representação pública das instituições não ocorre de forma espontânea, mas é mediada por discursos, imagens e estratégias editoriais. Compreender essas mediações é essencial para avaliar o papel da imprensa na consolidação da democracia e na formação da opinião pública.

A pesquisa confirma a hipótese de que, em contextos de alta polarização política, como o julgamento de Bolsonaro, a imprensa tende a adotar estratégias narrativas centradas no conflito, na personalização e na simplificação. Esse modelo favorece o consumo da informação, mas limita a complexidade do debate público sobre o papel do Judiciário.

Ao posicionar o STF como ator dramático - e não apenas institucional - a cobertura do G1 revela como o jornalismo atua não só como transmissor de fatos, mas como produtor de significados. Essa atuação contribui para a construção de legitimidade simbólica do Supremo e para o risco de desgaste da sua imagem, especialmente quando a narrativa se descola da técnica jurídica e se aproxima da lógica do entretenimento.

Conclui-se que a imprensa brasileira, ao mediar a imagem pública do STF, desempenha uma função política essencial, que exige responsabilidade editorial, pluralidade de vozes e compromisso com a complexidade dos temas. A construção

simbólica da justiça, portanto, é também uma construção comunicacional - e deve ser analisada criticamente para fortalecer os pilares democráticos.

Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARROSO, Luís Roberto. **Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática**. 2009. Disponível em: https://www.direitofranca.br/direitonovo/FKCEimagens/file/ArtigoBarroso_para_Selecao.pdf. Acesso em: 05 jun. 2018.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal, 1988.
- BRAGA, J. L. Circuitos versus campos sociais. In: BRAGA, J.L. (Org.). **Mediação e mediação**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 31-52.
- COSTA, Gilberto. Relembre o passo a passo da tentativa de golpe no 8/1. **Agência Brasil**, Brasília, 8 jan. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-01/relembre-o-passo-passo-da-tentativa-de-golpe-no-81>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.
- LIMA, Venício. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias de comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1990.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- TRAQUINA, Nelson. **Estudos do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

VALLS, Rafael. O papel do Supremo Tribunal Federal na preservação dos direitos fundamentais. **Site Jus.Br.** 2021. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoPublicacaoTematica/anexo/LiberdadeExpressao.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

CASTRO, Ana Flávia; FALCÃO, Márcio; VIVAS, Fernanda; PARREIRA, Marcelo; BARBIÉRI, Luiz Felipe; GARCIA, Gustavo; CASSELA, Vinícius. Confira a cronologia da trama golpista envolvendo Bolsonaro e aliados, segundo a denúncia da PGR, **Portal G1**, 18 de fevereiro de 2025. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/02/18/confira-a-cronologia-da-trama-golpista-segundo-a-denuncia-da-pgr.ghtml>. Acesso em: 13 jun. 2025.

DA REDAÇÃO. 'Histórico': como imprensa internacional acompanha julgamento de Bolsonaro no STF. **BBC News – Portal G1**, 11 de junho de 2025. Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/06/11/historico-como-imprensa-internacional-acompanha-julgamento-de-bolsonaro-no-stf.ghtml>. Acesso em: 13 jun. 2025.

SADI, Andréia. Análise: Bolsonaro entrou condenado e saiu condenado do depoimento; foco é em prisão domiciliar. **Portal G1**, 11 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2025/06/11/analise-bolsonaro-entrou-condenado-e-saiu-condenado-do-depoimento-foco-e-em-prisao-domiciliar.ghtml>. Acesso em: 13 jun. 2025.

VIVAS, Fernanda; BARBIÉRI, Luiz Felipe; AMATO, Fábio. Interrogatório de Bolsonaro: veja os principais pontos da fala do ex-presidente a Moraes. 10 jun. 2025. **Portal G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/06/10/depoimento-de-bolsonaro-veja-os-principais-pontos-da-fala-do-ex-presidente-a-moraes.ghtml>. Acesso em: 13 jun. 2025.

VIVAS, Fernanda; BARBIÉRI, Luiz Felipe; AMATO, Fábio; FALCÃO, Márcio. STF encerra interrogatórios dos réus da tentativa de golpe: veja principais falas. **Portal G1**, 10 de junho de 2025. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/06/10/stf-encerra-interrogatorios-dos-reus-da-tentativa-de-golpe-veja-principais-falas.ghtml>. Acesso em: 13 jun. 2025.